

CONTRATO nº 017/PGM/2016

PROCESSO Nº 6021.2016/0000229-4

CONTRATANTE : PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA- CIEE
CNPJ Nº 61.600.839/0001-55

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM
ADMINISTRAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO.**

PREGÃO SEMPLA nº 023/2014-COBES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/SMG-COBES/2016

VALOR: R\$ 40.750,44 (quarenta mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos).

DOTAÇÃO: 21.15.02.122.3024.2100.3.3.90.39.00.00.99.10.

NOTA DE EMPENHO: 76.560/2016

Pelo presente, de um lado, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PMSP**, através da **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, inscrita no C.N.P.J. Nº 46.392.072/0005-56, com sede na Rua Maria Paula, 270 –Bela Vista - São Paulo / SP, neste ato, representada pelo Procurador Chefe de Gabinete, Doutor **EDUARDO FRANÇA ORTIZ**, adiante designada apenas **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE**, inscrita no C.N.P.J. nº 61.600.839/0001-55, com sede na Rua Tabapuã, nº 540, Itaim Bibi, CEP:04533-011, São Paulo/SP, tel. 3046.8222, neste ato por seu representante legal, Senhor **LUIZ GUSTAVO COPPOLA**, portador da cédula de identidade, R.G. nº 16.459.046-8-SSP/SP e CPF/MF nº 076.443.238-99, conforme instrumento probatório, designada a seguir como **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, aplicada subsidiariamente, as quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, Lei nº 11.788/2008, Decreto nº 50.336/2008, Decreto nº 52.319/2011, Lei nº 15.939/2013 e Decreto nº 54.949/2014, Lei nº 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/2003 e 56.144/2015 e demais normas complementares e em conformidade com o despacho doc. 0853206, publicado no D.O.C. de 29/07/2016, do processo nº 6021.2016/0000229-4, formalizam o presente instrumento, conforme segue:



CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de Serviço por Instituição especializada em administração de Programa de Estágio para até 293 (duzentos e noventa e três) vagas, objetivando atender, a SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, cujas características e especificações técnicas encontram-se descritas no ANEXO I da Ata de Registro de Preços nº 004/SMG-COBES/2016, parte integrante deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME E LOCAL DE EXECUÇÃO

- 2.1. Execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.
- 2.2. O objeto deste contrato deverá ser executado pela Contratada, na SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - DEPARTAMENTOS que a compõe e demais UNIDADES.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- 3.1. O contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, contados a partir de **01 de agosto de 2016**.
 - 3.1.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual (ais) e sucessivo (s) período (s) e nas mesmas condições, mediante Termo Aditivo, desde que as partes se manifestem com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do término do prazo de cada período, e, observado o prazo limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.
 - 3.1.2. À PMSP, demonstrado o interesse público, é assegurado o direito de exigir que a empresa contratada, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste mediante aditamento do contrato, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção na execução dos serviços.
 - 3.1.3. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.
 - 3.1.4. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à Contratada direito a qualquer espécie de indenização.
- 3.2. A prestação de serviço terá início em **01/08/2016**.



CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas no item 9 do **ANEXO I** – Termo de Referência da Ata de RP, e que faz parte integrante do presente contrato, a contratada se obriga a:

- 4.1. Manter durante toda a vigência do Contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no **ANEXO I** – Termo de Referência da Ata de RP, parte integrante do presente contrato.
- 4.2. Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados.
- 4.3. Responsabilizar-se pelos contratos de estágio vigente, no lugar da administradora anterior, quando da assinatura do presente contrato.
- 4.4. Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do Termo de Contrato, ainda que a prestação de serviço decorrente tenha que ser efetuada após o término de sua vigência.
- 4.5. Comunicar ao Departamento de Gestão de Suprimentos e Serviços – DGSS toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
- 4.6. Manter, durante o prazo de vigência do presente Termo de Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.
- 4.7. Manter durante toda a duração do Termo de Contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no **ANEXO I** – Termo de Referência.
- 4.8. Comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 4.9. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Contratante, sendo exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 4.10. Responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura à unidade contratante ou a terceiros, em razão da execução da prestação de serviços decorrentes do presente Termo de Contrato, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado.
- 4.11. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

- 4.12. Contratar e custear Seguro contra Acidentes Pessoais.
- 4.13. Incluir o estagiário(a) contratado(a) na Apólice de Seguro contra Acidentes Pessoais.
- 4.14. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação a cerca da execução do serviço, sem prévia autorização da Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações previstas no item 8 do **ANEXO I**-Termo de Referência da Ata de RP, e que faz parte integrante do presente contrato, a contratada se obriga a:

- 5.1. Promover o acompanhamento do presente Contrato, comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.
- 5.2. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do Contrato, comunicando à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança.
- 5.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado pela contratada, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito.
- 5.4. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 5.5. Atestar a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal, Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela contratada, para fins de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1. O objeto da contratação será recebido pela CONTRATANTE, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.2. A administração efetuará por meio do seu fiscal/gestor, devidamente formalizado, a verificação dos serviços prestados e o acompanhamento dos custos dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO

As despesas para a execução do objeto do presente contrato onerarão a dotação orçamentária nº 21.15.02.122.3024.2100.3.3.90.39.00.00.99.10, do orçamento vigente, e dotação própria no próximo exercício, em observância ao princípio da anualidade orçamentária, através da Nota de Empenho nº 76.560/2016, no valor de R\$ 16.979,35 (dezesseis mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 3.395,87 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 16.979,35 (dezesseis mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos)..
- 8.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da Nota de Empenho, acompanhada de cópias das guias do INSS e do FGTS, referentes à prestação dos serviços, bem como, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os decorrentes de multas.
- 8.2.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A e 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e do artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09.
- 8.2.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 101/05, com as alterações da Portaria SF nº 118/05.
- 8.2.3. Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.
- 8.3. O valor referente aos serviços de administração do Programa de Estágio será pago pela PMSP tendo por base o custo per capita por vaga efetivamente preenchida sendo que a apuração das quantidades dar-se-á no último dia do mês de referência,

considerando ainda, eventuais vagas que foram desocupadas no decorrer deste mesmo mês.

- 8.4. No valor contratado estarão incluídas todas as despesas referentes à execução dos serviços especificados no item 9 do **ANEXO I**- Termo de Referência da Ata de RP e que faz parte integrante do presente contrato, e àquelas referentes a demais despesas decorrentes da execução do contrato.
- 8.5. O fechamento do valor total da fatura mensal corresponderá ao período compreendido entre o 1º (primeiro) e o último dia do mês de referência, considerando a folha de pagamento autorizada pela Coordenação Setorial/Secretaria.
- 8.6. O pagamento da fatura dos serviços prestados será efetuado pela Prefeitura de acordo com o previsto na Portaria SF nº 92/2014.
- 8.7. O prazo de pagamento será de **30 (trinta) dias**, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.
- 8.7.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 8.7.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.
- 8.7.3. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 8.7.4. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.
- 8.8. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- 8.8.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- 8.8.2. Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND - ou outra equivalente na forma da lei;
- 8.8.3. Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo.
- 8.8.4. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

[Handwritten signatures and initials]

- 8.8.5. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 8.8.6. Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- 8.8.7. Folha de Medição dos Serviços;
- 8.9. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.
- 8.10. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

**CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DO REPASSE DOS VALORES DA BOLSA
ESTÁGIO E DO AUXÍLIO TRANSPORTE**

- 9.1. A PMSP repassará em todo 8º dia útil de cada mês o montante total da folha de pagamento dos estagiários bolsistas, incluindo o valor da bolsa estágio e do auxílio transporte, considerando a quantidade das vagas preenchidas e do nível de estágio, se nível médio ou superior, mediante apuração dos dados no fechamento da folha de pagamento.
- 9.2. Considerando os dados de fechamento da folha de pagamento dos estagiários, a contratada deverá emitir relatórios discriminando os valores apurados para cada Programa de Estágio, especificados no item 2 deste termo de referência.
- 9.3. O relatório correspondente a cada Programa deverá conter, no mínimo os seguintes dados:
- a) A denominação do Programa de estágio correspondente, conforme especificado no item 2 do **ANEXO I** – Termo de Referência da Ata de RP, e que faz parte integrante do presente contrato.
 - b) A Unidade Administrativa da Prefeitura (Secretaria, Subprefeitura,) receptora dos estagiários, contendo a sua denominação (Razão Social) ou código identificador utilizado.
 - c) Valor total da folha de pagamento de estagiários vinculados ao respectivo Programa, conforme especificado no item 2 do **ANEXO I** – Termo de Referência da Ata de RP, e que precedeu este ajuste e que faz parte integrante do presente contrato,
 - d) Mês de Referência,

- e) A quantidade de estagiários por nível de escolaridade,
 - f) Total de horas estagiadas
 - g) Quantidade de dias para o Auxílio Transporte,
 - h) Valor Total de Bolsas Estágio
 - i) Valor Total de Auxílio Transporte
 - j) Valor Total da Folha de Pagamento do Programa, consolidado.
- 9.4. Os relatórios discriminados por Programa deverão ser impressos e encaminhados para a Coordenação Setorial/Secretaria até o 4º dia útil do mês subsequente ao estagiado, solicitando a autorização do repasse dos valores, a ser efetuado pela Secretaria no 8º dia útil de cada mês subsequente ao estagiado.
- 9.5. O Pagamento aos estagiários deverá ser efetuado pela contratada, mediante o crédito em conta bancária dos estagiários no 10º dia útil do mês subsequente ao mês estagiado.
- 9.6. Caso a contratada não cumpra os prazos estipulados para o encaminhamento dos documentos mencionados no item 9, subitens 9.5.1 e 9.5.2 do **ANEXO I** – Termo de Referência da Ata de RP, e que faz parte integrante do presente contrato, o pagamento dos estagiários deverá ser efetuado na data prevista, 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao estagiado, independentemente do repasse de recursos a ser feito pela PMSP.
- 9.7. Os valores da bolsa estágio e do auxílio transporte serão definidos e atualizados pela Administração da Prefeitura conforme legislação municipal específica em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 10.1. Os preços ofertados somente poderão ser reajustados após 1 (um) ano de sua vigência, contados da data-limite para apresentação das propostas, mediante a utilização do índice IPC-FIPE divulgado pela PMSP, através de Portaria da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
- 10.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.
- 10.3. As condições de reajustamento ora pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.
- 10.4. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida a prestação de garantia para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização dos serviços contratados será exercida por intermédio de servidor oportunamente designado para tal finalidade, a quem competirá observar as atividades e os procedimentos necessários ao exercício das atribuições de fiscalização estabelecidas no Decreto nº 54.873 de 25 de Fevereiro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Além das sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a Contratada estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

13.1.1. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho, por dia de atraso da Contratada em assinar o contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, até o 10º dia de atraso, após o que será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

13.1.1.1. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à assinatura do Contrato ou retirada da Nota de Empenho decorrer da não apresentação da documentação mencionada no Item 6.6. da Ata de Registro de Preços nº 004/SMG-COBES/2016.

13.1.1.2. Aplicar-se-á multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do presente contrato, caso a adjudicatária apresente recusa injustificada para a assinatura do Contrato, ou cuja recusa justificada não for aceita pela administração.

13.1.2. Multa por atraso na execução do objeto: 0,5% (meio por cento) sobre a quantidade que deveria ser executada, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

13.1.2.1. Ocorrendo atraso superior a 20 (vinte) dias a Contratante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

- 13.1.3. Multa por inexecução parcial do ajuste: 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal da parcela que deveria ser executada.
- 13.1.4. Multa por inexecução total do ajuste: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do ajuste, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 13.1.5. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do ajuste, por não apresentação do Plano de Trabalho no prazo estipulado no item 9.1.1 do **ANEXO I- Termo de Referência da Ata de RP**, parte integrante deste Termo de Contrato.
- 13.1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do ajuste, pelo descredenciamento, por culpa da contratada, de Instituições de Ensino conveniadas com estagiários ativos na PMSP, do mês em que ocorrer o descredenciamento.
- 13.1.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do ajuste, correspondente ao mês em que ocorrer o descumprimento dos prazos previstos no disposto nos itens 9.5.1 e 9.5.2 do **ANEXO I- Termo de Referência da Ata de RP**, parte integrante deste Termo de Contrato
- 13.1.8. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal correspondente ao mês em que ocorrer o descumprimento dos prazos previstos no disposto no item 6.6 do **ANEXO I – Termo de Referência da Ata de RP**, parte integrante deste Termo de Contrato, prejudicando os estagiários ativos da PMSP.
- 13.1.9. Multa de 5% (cinco por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstos nos subitens acima, que incidirá sobre o valor mensal do ajuste.
- 13.1.10. Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.
- 13.1.10.1. Nestes casos, a multa será descontada do pagamento da contratada.
- 13.1.10.2. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 80 incisos I e IV da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.1.11. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.



- 13.1.12.** O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da PMSP ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 55 do Decreto Municipal nº 44.279/2003. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo judicial de execução.
- 13.1.13.** Na ocorrência de infração contratual, a Contratante deverá formalizá-las devidamente detalhadas e encaminhar os autos à COJUCO - Comissão de Julgamento de Compras do Departamento de Gestão de Suprimentos e Serviços – DGSS, a quem competirá a análise e aplicação de penalidades cabíveis durante a vigência da pertinente Ata de Registro de Preços e, após este prazo, competirá a unidade contratante, nos termos do artigo 18, parágrafo 6º do Decreto nº 44.279/03 c/c artigo 27 do Decreto Municipal 56.144/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 14.1.** Constituem motivo para rescisão deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos nos artigos 78 à 80 da Lei Federal nº 8.666/93 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências indicadas naqueles artigos da lei.
- 14.2.** Na rescisão por culpa da Contratada, aplicar-se-á a penalidade de multa prevista no subitem 13.1.4. deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1.** O presente ajuste poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, por acordo entre as partes, desde que não implique na mudança do seu objeto.
- 15.2.** A Contratante se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, nos termos deste.


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. A Contratada no ato da assinatura deste instrumento, apresentou a seguinte documentação devidamente regular:
- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
 - b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo - CCM;
 - c) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou outra equivalente na forma da lei;
 - d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo;
 - e) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND - ou outra equivalente na forma da lei;
 - f) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
 - g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 16.2. Comprovante de que a empresa não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto nº 47.096/06, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.
- 16.3. É peça integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, o edital pertinente ao Pregão Eletrônico nº 023/2014-COBES e o seus anexos, a proposta da CONTRATADA, ata da sessão da licitação e a Ata de Registro de Preços nº 004/SMG-COBES/2016, onde constam as demais condições exigidas, conforme disposto no artigo 66 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, com nova redação dada pela Lei nº 8.883/94.
- 16.4. Este Contrato obedece a Lei Municipal nº 13.278/02, as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, 11.788/2008 e demais normas pertinentes.
- 16.5. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.



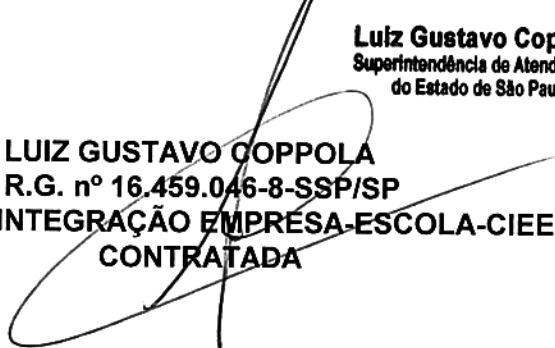
CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro do Município de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 03 (três) vias de igual teor, pelas partes e 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

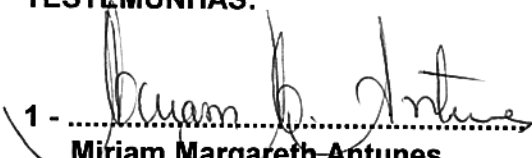
São Paulo, 29 de julho de 2016.

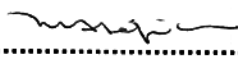

EDUARDO FRANÇA ORTIZ
Procurador Chefe de Gabinete
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
OAB/SP nº 201.207
CONTRATANTE

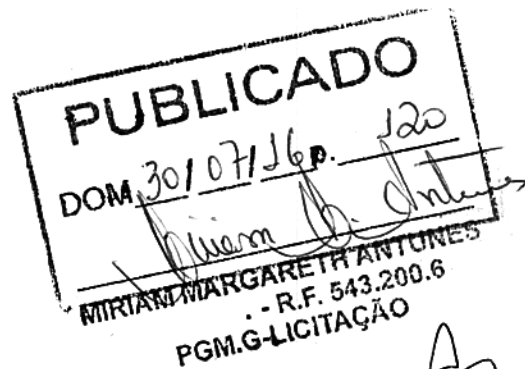

LUIZ GUSTAVO COPPOLA
R.G. nº 16.459.046-8-SSP/SP
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE
CONTRATADA

Luiz Gustavo Coppola
Superintendência de Atendimento
do Estado de São Paulo

TESTEMUNHAS:

1 - 
.....
Miriam Margareth Antunes
R.G. nº 7.333.956-8-SSP/SP

2 - 
.....
Maria Antonieta Sofia
R.G. nº 9.695.638-0-SSP/SP





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 038/PGM/2017
(1º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)**

PROCESSO Nº 6021.2016/0000229-4

PREGÃO SEMPLA nº 023/2014-COBES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/SMG-COBES/2016

CONTRATANTE : PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA- CIEE
CNPJ Nº 61.600.839/0001-55

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM
ADMINISTRAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO.**

OBJETO DESTE ADITAMENTO: Prorrogação do prazo contratual, por mais 2 (dois) meses, a contar de **01/08/2017** inclusive. Alteração Contratual, para os fins de renegociação determinada no Decreto 57.580/2017, relativas a alteração do valor contratual e da cláusula de reajustamento de preços.

VALOR ESTIMADO DA PRORROGAÇÃO: Valor total estimado de R\$ 441.345,32 (quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

DOTAÇÕES A SEREM ONERADAS: 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00.03.01,
21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00.99.10,
21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.48.00.00.01.01

NOTAS DE EMPENHO: Nº 70.449/2017; Nº 70.451/2017 e 701.450 /2017

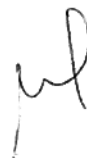


TERMO DE ADITAMENTO Nº 038/PGM/2017
(1º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)

O **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através da Procuradoria Geral do Município, neste ato representada pela Sra. Procuradora Coordenadora Geral de Gestão e Modernização, **Dra. LILIAN DAL MOLIN SCIASCIO**, consoante o artigo 19, incisos V e VI do Decreto Municipal nº 57.263/2016 e Portaria PGM.G 24/17, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE**, inscrita no C.N.P.J. nº 61.600.839/0001-55, com sede na Rua Tabapuã, nº 540, Itaim Bibi, CEP:04533-011, São Paulo/SP, tel. 3046.8222, neste ato por seu representante legal, Senhor LUIZ GUSTAVO COPPOLA, portador da cédula de identidade, R.G. nº 16.459.046-8-SSP/SP e CPF/MF nº 076.443.238-99, conforme instrumento probatório, designada a seguir como **CONTRATADA**, em conformidade com o despacho doc. 3977645, publicado no D.O.C. de 01/08/2017 - pág. 111, doc. 3988930, tratado no processo em epígrafe, têm entre si justo e acordado o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 017/PGM/2016, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 1.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 017/PGM/2016, por mais 02 (dois) meses, a contar de **01 de agosto de 2017, inclusive**, de acordo com sua cláusula terceira, e com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal 13.278/02, combinado com o artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e com o artigo 46 do Decreto 44.279/03.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

2.1. Foram acordados entre as partes as alterações que seguem no contrato em questão, com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal 13.278/2002 combinado com o artigo 65, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, em atendimento ao disposto no Decreto nº 57.580/2017:

2.1.1- Do valor contratual, diante da renúncia da Contratada ao reajuste contratual a que faria jus, implicando no desconto de 4,5% (quatro e meio) por cento deste valor, assim mantidos os valores atualmente praticados.

2.1.2- Altera-se a cláusula décima, adotando-se como índice de reajuste, a fim de compensar os efeitos das variações inflacionárias, o equivalente ao centro da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, válida no momento da aplicação do reajuste, substituindo o índice anterior adotado.

2.1.2.1 - Na hipótese da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ultrapassar, nos 12 (doze) meses anteriores à data base do contrato, o centro da meta, em quatro vezes o intervalo de tolerância estabelecido pelo CMN, o reajuste será correspondente ao próprio IPCA verificado no período em questão.

2.1.2.2 - A aplicação de reajustes subsequentes a esta negociação considerará a data e os novos valores pactuados, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses, conforme artigo 5º do Decreto 57.580/2017.





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização

2.2. Ficam suprimidas 39 (trinta e nove) vagas do presente ajuste, restando o total de 254 (duzentas e cinquenta e quatro) vagas alocadas para a Procuradoria Geral do Município, em virtude da transferência do Departamento de Defesa do Consumidor - Procon Paulistano para a Secretaria Municipal da Justiça, nos termos do Decreto nº 57.642/2017 e da Portaria nº 68/SMG/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES DA PRORROGAÇÃO

3.1 . Mantidos os preços atualmente praticados, à vista da desistência da Contratada ao reajuste que faria jus, totaliza no montante de R\$ 441.345,32 (quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos); para o período da prorrogação, considerando:

- valor total de R\$ 350.520,00 (trezentos e cinquenta mil e quinhentos e vinte reais), onerando a dotação nº 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00, referente ao repasse da bolsa auxílio;
- valor total de R\$ 5.887,72 (cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos), onerando a dotação nº. 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00, relativa ao pagamento da taxa de gerenciamento,
- no valor total de R\$ 84.937,60 (oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), onerando a dotação nº 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.48.00.00, referente ao repasse do auxílio transporte, conforme os cálculos e as informações da Divisão de Contabilidade (doc. 3991260).



CLAÚSULA QUARTA - DO EMPENHAMENTO

4.1 - Para cobertura das despesas com a execução da prorrogação neste exercício, foram emitidas as competentes Notas de Empenho e onerando as dotações conforme segue:

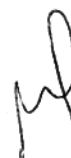
Nº 70.449/2017 no valor de R\$ 350.520,00 (trezentos e cinquenta mil e quinhentos e vinte reais), dotação nº 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00.03.01, referente ao repasse do valor das Bolsas Auxílio;

Nº 70.451/2017, no valor de R\$ 5.887,72 (cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos), dotação nº 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00.99.10, referente ao repasse da Administração da Unidade e,

Nº 701.450/2017, no valor de R\$ 84.937,60 (oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), dotação nº 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.48.00.00.01.01, referente ao repasse dos Auxílios- Transporte.

4.2 - Autorizada a despesa total, considerando o período da prorrogação e os valores reajustados, deverão ser emitidas as competentes notas de empenho complementares, oportunamente, com observância ao princípio da anualidade orçamentária, onerando, no próximo exercício, dotação apropriada.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização

5.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e respectivos itens do ajuste original e seus aditamentos posteriores, que não foram expressamente modificados neste instrumento.

Estando as partes justas e acordadas, é lavrado o presente termo, que lido e achado conforme, vai por elas e pelas testemunhas presentes ao ato, assinado, em três vias de igual teor.

São Paulo, 01 de agosto de 2017.

LILIAN DAL MOLIN SCIASCIO
Procuradora Coordenadora Geral de Gestão e Modernização
Procuradoria Geral do Município de São Paulo
OAB/SP nº 179.960
CONTRATANTE

LUIZ GUSTAVO COPPOLA
R.G. nº 16.459.046-8-SSP/SP
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE
CONTRATADA

Luiz Gustavo Coppola
Superintendência de
Atendimento do
Estado de São Paulo

TESTEMUNHAS:

Nome: Maria Antonieta Sofia
R.G. Nº: 9.695.638-0-SSP/SP

Nome: Railda Maria de Oliveira
R.G. Nº 17.586.392-1-SSP/SP



**TERMO DE ADITAMENTO Nº 042/PGM/2017
(2º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)**

PROCESSO Nº 6021.2016/0000229-4

PREGÃO SEMPLA nº 023/2014-COBES. ATA DE R.P. nº 004/SMG-COBES/2016

CONTRATANTE : PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA- CIEE
CNPJ Nº 61.600.839/0001-55**

**OBJETO CONTRATUAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR INSTITUIÇÃO
ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO.**

OBJETO DESTE ADITAMENTO: Revisão de Objeto Contratual e Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 10 (dez) meses, a contar de **01.10.2017, inclusive**

VALOR ESTIMADO DA PRORROGAÇÃO: R\$29.438,60 (vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), relativo ao pagamento da taxa de gerenciamento, considerado o valor unitário de R\$ 11,59 (onze reais e cinquenta e nove centavos), por vaga, acrescido de valores reflexos relativos ao repasse da bolsa auxílio no valor total de R\$1.752.600,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais), bem assim auxílio transporte de R\$424.688,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e seiscentos e oitenta e oito reais), totalizando o valor de R\$ 2.206.726,60 (dois milhões, duzentos e seis mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

DOTAÇÕES ONERADAS:

21.10.02.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00.99.10 (taxa de gerenciamento)

21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00.03.01 (bolsa auxílio)

21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.48.00.00.01.01 (auxílio transporte)

NOTAS DE EMPENHO: Nº 88.192/2017, 88.191/2017 e 88.190/2017.



TERMO DE ADITAMENTO Nº 042/PGM/2017
(2º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)

O **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através da Procuradoria Geral do Município, neste ato representada pelo Sr. Procurador Coordenador Geral de Gestão e Modernização Substituto, **Dr. RODRIGO VENTIN SANCHES**, consoante o artigo 19, incisos V e VI do Decreto Municipal nº 57.263/2016 e Portaria PGM.G 24/17, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE**, inscrita no C.N.P.J. nº 61.600.839/0001-55, com sede na Rua Tabapuã, nº 540, Itaim Bibi, CEP:04533-011, São Paulo/SP, tel. 3046.8222, neste ato por seu representante legal, Senhor LUIZ GUSTAVO COPPOLA, portador da cédula de identidade, R.G. nº 16.459.046-8-SSP/SP e CPF/MF nº 076.443.238-99, conforme instrumento probatório, designada a seguir como **CONTRATADA**, em conformidade com o despacho doc. 4782081, publicado no D.O.C. de 30/09/2017 - pág.83, doc. 4809722, constante do processo em epígrafe, têm entre si justo e acordado o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 017/PGM/2016, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA REVISÃO DO OBJETO CONTRATUAL

1. À vista da alteração quantitativa das vagas levada a efeito pela Portaria 68/SMG/2017, de 20/06/2017, do teor dos Decretos 57.642/2017 e 57.787/2017, bem assim da formalização do Contrato 04/2017 – CGM (Processo SEI 6067.2017/0000160-6) - e a supressão de 39 (trinta e nove) vagas direcionadas à Secretaria Municipal de Justiça, como constou do 1º Termo Aditivo ao presente contrato, fica revisto o objeto contratual para constar:

TERMO DE ADITAMENTO Nº 042/PGM/2017



(2º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)

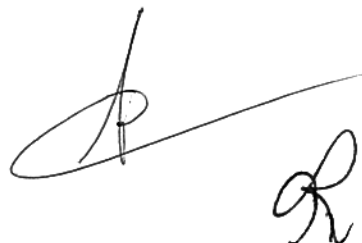
"Prestação de serviço por Instituição especializada em Administração de Programa de Estágio para até 254 (duzentos e cinquenta e quatro) vagas, objetivando atender a PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, cujas características e especificações técnicas encontram-se descritas no ANEXO I da Ata de Registro de Preços nº 004/SMG-COBES/2016, parte integrante do ajuste"

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

2. Fica prorrogado o prazo de vigência contratual, por mais 10 (dez) meses, a contar de **01 de outubro de 2017, inclusive**, de acordo com sua cláusula terceira, e com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal 13.278/02, combinado com o artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e com o artigo 46 do Decreto 44.279/03.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO VALOR DA PRORROGAÇÃO**

3. O valor estimado do ajuste, cujo empenhamento foi autorizado, para o período da prorrogação, é de R\$29.438,60 (vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), relativo ao pagamento da taxa de gerenciamento, considerado o valor unitário de R\$ 11,59 (onze reais e cinquenta e nove centavos), por vaga, acrescido dos valores reflexos relativos ao repasse da bolsa auxílio no valor total de R\$1.752.600,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais), e, ao repasse do auxílio transporte de R\$424.688,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e seiscentos e oitenta e oito reais), totalizando o valor de R\$ 2.206.726,60 (dois milhões, duzentos e seis mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), conforme cálculos da Divisão de Contabilidade (doc. 4654264), mantidos os preços contratados conforme 1º Termo Aditivo.



**TERMO DE ADITAMENTO Nº 042/PGM/2017
(2º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)**

**CLAÚSULA QUARTA
DO EMPENHAMENTO DOS RECURSOS**

4.1. Para cobertura das despesas com a execução da prorrogação neste exercício, foi emitida a nota de empenho nº 88.192/2017, no valor de 8.831,58 (Oito mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos), onerando a dotação nº 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00.99.10, do orçamento vigente, referente ao pagamento da taxa de gerenciamento.

4.2. Para cobertura das despesas reflexas foram emitidas, ainda:

- a nota de empenho nº 88.190/2017, no valor de R\$ 525.780,00 (quinhentos e vinte e cinco mil e setecentos e oitenta reais), onerando a dotação 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00.03.01, do orçamento vigente, referente ao repasse da bolsa auxílio; e,

- a nota de empenho nº 88.191/2017, no valor de R\$127.406,40 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e seis reais e quarenta centavos), onerando a dotação 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.48.00.00.01.01, do orçamento vigente, referente ao repasse de auxílio transporte.

4.3. Autorizada a despesa total, considerando todo o período da prorrogação, deverão ser emitidas as competentes notas de empenho complementares, oportunamente, com observância ao princípio da anualidade orçamentária, onerando, no próximo exercício, as dotações apropriadas.



**TERMO DE ADITAMENTO Nº 042/PGM/2017
(2º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)**

**CLÁUSULA QUINTA
DA RATIFICAÇÃO**

5.1. Ficam mantidas todas as demais cláusulas do ajuste aditado, que não foram objeto deste instrumento, bem assim de seu aditamento anterior.

Estando as partes justas e acordadas, é lavrado o presente termo, que lido e achado conforme, vai por elas e pelas testemunhas presentes ao ato, assinado, em três vias de igual teor.

São Paulo, 02 de outubro de 2017.

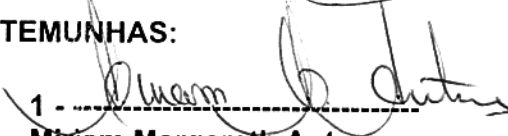


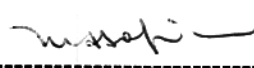
RODRIGO VENTIN SANCHES
Coordenador Geral de Gestão e Modernização - Substituto
Procuradoria Geral do Município de São Paulo
OAB/SP nº 183.483
CONTRATANTE

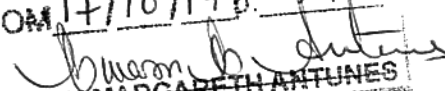
Luiz Gustavo Coppola
Superintendência de
Atendimento do
Estado de São Paulo

LUIZ GUSTAVO COPPOLA
R.G. nº 16.459.046-8-SSP/SP
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - 
Miriam Margareth Antunes
R.G. nº 7.333.956-8-SSP/SP

2 - 
Maria Antonieta Sofia
R.G. nº 9.695.638-0-SSP/SP

PUBLICADO
DOM 17/10/17 p. 97

MIRIAM MARGARETH ANTUNES
R.F. 543.200.6
PGM.G-LICITAÇÃO

TERMO DE ADITAMENTO Nº 025/PGM/2018
(3º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)

SEI: 6021.2016/0000229-4

OBJETO CONTRATUAL: Prestação de serviço por Instituição especializada em Administração de Programa de Estágio para até 254 (duzentos e cinquenta e quatro) vagas, objetivando atender a PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, cujas características e especificações técnicas encontram-se descritas no **ANEXO I** da Ata de Registro de Preços nº 004/SMG-COBES/2016, parte integrante do ajuste.

CONTRATANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE-
CNPJ nº 61.600.839/0001-55

OBJETO DESTES ADITAMENTO: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, a contar de **01.08.2018, inclusive**. Portaria SF 389/17 – Utilização excepcional do índice de reajuste de preços IPC/FIPE.

VALOR ESTIMADO DA PRORROGAÇÃO: R\$ 35.783,52 (trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos) relativo ao pagamento da taxa de gerenciamento, considerado o valor unitário principal de R\$ 11,59 (onze reais e cinquenta e nove centavos), acrescido de reajuste definitivo, conforme comunicado encaminhado por e-mail em 11.07.2018, pela Coordenadoria Geral de Estágios da SMG, a partir de 01.08.2018, totalizando a importância de R\$ 11,74 (onze reais e setenta e quatro centavos), por vaga, acrescido dos valores reflexos relativos aos repasses da bolsa auxílio no valor total estimado de R\$ 2.103.485,76 (dois milhões, cento e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), bem assim do auxílio transporte no valor total estimado de R\$ 536.448,00 (quinhentos e trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e oito reais), totalizando o valor estimado de R\$ 2.675.717,28 (dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e dezessete reais e vinte e oito centavos).

NOTAS DE EMPENHO: Nº 78.029/2018; Nº 78.025/2018 e Nº 78.026/2018

DOTAÇÕES ONERADAS:

21.10.02.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00.99.10. (taxa de gerenciamento)
21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00.03.01. (bolsa auxílio)
21.10.02.122.3024.2.100.3.3.50.48.00.00.01.01 (auxílio transporte)

TERMO DE ADITAMENTO Nº 025/PGM/2018



(3º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através da Procuradoria Geral do Município, neste ato representado pela Sra. Procuradora Coordenadora Geral de Gestão e Modernização, **Dra. LILIAN DAL MOLIN SCIASCIO**, consoante o artigo 19, incisos V e VI do Decreto Municipal nº 57.263/2016 e Portaria PGM.G 24/17, adiante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE**, com sede na Rua tabapuã, nº 540, Itaim Bibi, Cidade: São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 61.600.839/0001-55, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **LUIS GUSTAVO COPPOLA**, portador da cédula de identidade, R.G. nº 16.459.046-8.SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 076.443.238-99, indicada a seguir como **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acordado o presente Termo de Aditamento ao Contrato **017/PGM/2016**, tratado no processo em epígrafe, conforme autorização exarada no despacho doc 9898458, publicado no D.O.C. de 31/07/18 - pág. 76 doc. 9982705, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 1.1.** Prorroga-se o prazo de vigência do contrato nº 017/PGM/2016, ora aditado, por mais 12 (doze) meses, a contar de **01 de agosto de 2018**, inclusive, nos termos de sua cláusula 3.1., e com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal 13.278/02 combinado com o artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e com o artigo 46 do Decreto 44.279/03,

TERMO DE ADITAMENTO Nº 025/PGM/2018
(3º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)



CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÍNDICES DE REAJUSTE

2. Nos termos da Portaria SF 389/2017, que dispõe sobre instruções para cumprimento excepcional do artigo 7º do Decreto Municipal nº 57.580, de 19/01/2017, e considerando a anuência expressa da contratada com a utilização do Índice de Preços ao Consumidor IPC – apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE (IPC/FIPE) como índice de reajuste de preços no contrato ora aditado, será o mesmo adotado, em caráter excepcional, mantida a possibilidade de utilização do CMN, se comprovada a sua vantajosidade econômica, por ocasião da efetiva aplicação, de forma a garantir sempre o menor custo possível para a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES DA PRORROGAÇÃO

3. O valor estimado do ajuste, cujo empenhamento foi autorizado, para o período da prorrogação, é de R\$ 35.783,52 (trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), relativo ao pagamento da taxa de gerenciamento, considerado o valor unitário principal de R\$ 11,59 (onze reais e cinquenta e nove centavos), acrescido de reajuste definitivo, conforme comunicado encaminhado por e-mail em 11.07.2018, pela Coordenadoria Geral de Estágios da SMG, a partir de 01.08.2018, totalizando a importância de R\$ 11,74 (onze reais e setenta e quatro centavos), por vaga, acrescido dos valores reflexos, relativos aos repasses da bolsa auxílio no valor total estimado de R\$ 2.103.485,76 (dois milhões, cento e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), bem assim do auxílio transporte no valor total estimado de R\$ 536.448,00 (quinhentos e trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e oito reais), totalizando o valor estimado de R\$ 2.675.717,28 (dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e dezessete reais e vinte e oito centavos), conforme os cálculos e as informações da Divisão de Contabilidade (doc. 9872299).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 025/PGM/2018



(3º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)

CLAÚSULA QUARTA - DO EMPENHAMENTO DOS RECURSOS

- 4.1.** Para cobertura das despesas com a execução da prorrogação neste exercício, foi emitida a nota de empenho nº 78.029/2018, no valor de R\$14.909,80 (quatorze mil, novecentos e nove reais e oitenta centavos), onerando a dotação nº 21.10.02.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00.99.10, do orçamento vigente, referente ao pagamento da taxa de gerenciamento
- 4.2.** Para cobertura das despesas reflexas foram emitidas, ainda:
- Onerando a dotação 21.10.02.122.3024.2100.3.3.50.39.00.00.03.01, do orçamento vigente, a nota de empenho nº 78.025/2018 no valor de R\$ 876.452,40 (oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos), referente ao repasse da bolsa auxílio e,
 - Onerando a dotação 21.10.02.122.3024.2100.3.3.50.48.00.00.01.01, do orçamento vigente, a nota de empenho nº 78.026/2018 no valor de R\$ 223.520,00 (duzentos e vinte e três mil e quinhentos e vinte reais), referente ao repasse do auxílio transporte.
- 4.3.** Autorizada a despesa total, considerando todo o período da prorrogação, deverão ser emitidas as competentes notas de empenho complementares, oportunamente, com observância ao princípio da anualidade orçamentária, onerando, no próximo exercício, as dotações apropriadas.





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 025/PGM/2018
(3º TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 017/PGM/2016)**

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5. Ficam mantidas todas as demais cláusulas do ajuste aditado, que não foram objeto deste instrumento, bem assim de seus aditamentos anteriores.

Estando as partes justas e acordadas, é lavrado o presente termo, que lido e achado conforme, vai por elas e pelas testemunhas presentes ao ato, assinado, em três vias de igual teor.

São Paulo, 01 de agosto de 2018.

LILIAN DAL MOLIN SCIASCIO
Procurador Coordenadora Geral de Gestão e Modernização
OAB/SP nº 179.960
CONTRATANTE

Luiz Gustavo Coppola
Superintendência Nacional
de Atendimento - SUNAT

LUIZ GUSTAVO COPPOLA
R.G. nº 16.459.046-8 - SSP/SP
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIEE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Maria Antonieta Sofia
R.G. Nº: 9.695.638-0-SSP/SP

Nome: Miriam Margareth Antunes
R.G. Nº 7.333.956-8-SSP/SP

